

Dinheiro digital

O mundo dos pagamentos está a viver uma verdadeira revolução. Há alguns anos era difícil encontrar um estabelecimento onde pudesse pagar um café com um cartão de débito ou crédito, e uma transferência bancária no mesmo país poderia demorar dias. Hoje em dia podemos pagar um café com o telemóvel ou com o relógio e aquelas transferências que antes demoravam vários dias, são feitas agora numa questão de segundos.

O que ainda não podemos fazer é pagar o café com *bitcoins*. E não é de admirar. Tal como acontece com muitas outras, esta criptomoeda não pode ser considerada dinheiro. Não é amplamente aceite e nem sequer – devido à sua volatilidade – pode servir como uma unidade de conta ou reserva de valor. A sua utilização, limitada, concentra-se principalmente em fins especulativos ou atividades ilegais.

É por isso que as novas propostas de dinheiro digital surgiram com mecanismos para tentar estabilizar o seu valor. Por exemplo, é esse o objetivo que pretende o consórcio liderado pelo Facebook mediante a utilização da libra. Se adquirir uma libra (quando for emitida, se acabar por acontecer), a associação que a gere investirá os euros que entregar em ativos muito seguros (como títulos do Tesouro) denominados em várias moedas. Assim, o valor das libras em euros variará, mas apenas na medida em que o preço do euro variar em comparação com as outras moedas incluídas no cabaz de investimentos.

Propostas como a libra possuem um maior potencial de serem adotadas de forma mais significativa. Além da vantagem de um preço mais estável, os seus promotores possuem uma extensa base de utilizadores – mais de 2.000 milhões de pessoas só no caso do Facebook – e uma capacidade tecnológica indiscutível. Este potencial colocou um bom número de reguladores e bancos centrais em alerta desde que o projeto foi lançado.

As autoridades reguladoras realçaram os riscos que a libra pode implicar se se tornar num veículo de pagamento sistémico a nível mundial. Por exemplo, entre outros, riscos para a estabilidade financeira decorrentes da possibilidade de que os investimentos supostamente seguros que apoiam a emissão da moeda percam valor, podendo resultar em levantamentos em massa de depósitos em libras. Por outro lado, existem dúvidas sobre a capacidade que teria um operador para garantir a conformidade com os regulamentos contra a lavagem de dinheiro e outras atividades ilegais. Finalmente, existe o receio de que o Facebook possa abusar da sua posição dominante nas redes sociais para promover a adoção da libra contra outras alternativas.

Todos os elementos referidos anteriormente destacam a importância de um operador deste tipo não operar na ausência de regulação. As regras do jogo devem ser claras desde o início e oferecer um quadro concorrencial equilibrado. Entre outras coisas, as mesmas deverão exigir ao operador estar sujeito a requisitos de capital e liquidez, como também a todas as regras contra a lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo (obrigação de identificar clientes, controlar transações e relatar atividades suspeitas).

Entre os riscos envolvidos na adoção em massa de dinheiro digital emitido pelos novos operadores está também o da desintermediação bancária. Referimo-nos à possibilidade da existência de uma transferência maciça de depósitos para dinheiro digital e que, conseqüentemente, os bancos comerciais tenham menos recursos para oferecer crédito e que o mesmo encareça. É apenas um risco antigo: perder negócios se um concorrente os fizer melhor. A solução é a mesma de sempre: estar consciente das necessidades dos clientes e inovar constantemente para lhes oferecer a melhor proposta de valor.

Outra questão pode passar por uma proposta para que os bancos centrais emitam moedas digitais. Nalguns casos, é sugerido que a moeda digital sirva para que todos tenham acesso a uma conta no próprio banco central a partir da qual possam gerir cobranças e pagamentos. Isto poderia colocar o atual sistema monetário em cheque. Já nos anos trinta do século passado, alguns economistas defendiam a separação das atividades de gestão de pagamentos e de concessão de empréstimos (o fim da banca de reserva fracionada). Agora, as novas tecnologias permitiram o seu ressurgimento. Pelas mesmas razões que não tiveram sucesso naquela época – porque não servem para evitar crises financeiras, podendo inclusivamente propiciá-las – é improvável que tenham sucesso agora.